

PESQUISAS

REPRESSÃO E DIPLOMACIA: BRASIL, ESTADOS UNIDOS E A EXPERIÊNCIA DO GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE*

Henrique Alonso de A. R. Pereira**

Desde o início da década de 1960, o Rio Grande do Norte despertava atenção especial do governo dos Estados Unidos. O objetivo deste estudo é analisar as circunstâncias que levaram esta potência a escolher o estado como *locus* preferencial de sua política externa para o Brasil, especialmente através da Aliança para o Progresso, e também examinar como as relações entre Brasil e Estados Unidos interagiram com a experiência do golpe de 1964 no estado.

A Aliança para o Progresso foi uma das maiores expressões da política externa norte-americana durante a década de 1960. Embora oficialmente o objetivo dos Estados Unidos fosse fazer uma “aliança” com todos os países da América Latina para promover o “progresso” econômico do continente, tratava-se do processo de enfrentamento do “perigo” comunista. Tal “ameaça” havia se materializado na Revolução Cubana (1959), que constituiu grande entrave ao controle norte-americano sobre a América Latina.

Logo no seu discurso inaugural como presidente, em 13 de março de 1961, transmitido ao vivo em cadeia de rádio para todo o hemisfério ocidental, John Fitzgerald Kennedy (JFK) afirmou que faria um “vasto esforço cooperativo, sem paralelo em magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas do povo latino-americano”.¹ O presidente norte-americano e seus conselheiros logo deram substância a tal retórica. Na Conferência Interamericana ocorrida em agosto de 1961, em Punta del Este, no Uruguai, na qual a Aliança foi oficialmente lançada, o então secretário do Tesouro norte-americano, Douglas Dillon,² garantia aos delegados latino-americanos que poderiam contar com investimentos de US\$ 20 bilhões dos Estados Unidos na América Latina, sob a forma de capital público e privado, pelos próximos dez anos. Combinado o influxo de capital estrangeiro com o investimento interno adicional de cerca de US\$ 80 bilhões, as nações latino-americanas poderiam esperar alcançar uma média de crescimento econômico de 2,5% ao ano, aproximadamente o dobro da média do continente em fins da década de 1950.³

Outros representantes do governo Kennedy haviam ido além e chegaram mesmo a superar o otimismo do secretário do Tesouro. Adolf Berle, que havia sido embaixador no Brasil entre 1945 e 1946 e um dos principais arquitetos da Aliança para o Progresso, profetizava que os Estados Unidos conseguiriam fazer subir o padrão de vida dos latino-americanos em, no mínimo, 50%.⁴ Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil entre 1961 e 1966, vislumbrava que, graças à iniciativa dos Estados Unidos, via Aliança, a América Latina “deve embarcar numa década de progresso democrático, para demonstrar neste hemisfério que o crescimento econômico, a equidade social e o desenvolvimento democrático das sociedades pode ocorrer”.⁵

A Aliança para o Progresso falhou, no entanto, em alcançar sua meta de construir sociedades democráticas, prósperas e socialmente justas. Durante a década de 1960, várias mudanças extraconstitucionais de governo, muitas das vezes resultantes de golpes de Estado, abalaram a América Latina. Apenas durante a gestão JFK, entre 1961 e 1963, grupos militares, na maioria das vezes com apoio dos Estados Unidos, derrubaram e destituíram seis presidentes eleitos e com apoio popular.⁶

Além disso, de maneira geral, as economias latino-americanas tiveram uma *performance* aquém dos devaneios e ilusões prometidos pelo secretário do Tesouro norte-americano, registrando uma média anual de crescimento inferior a 2%. A maioria das economias latino-americanas que experimentou algum crescimento só o conseguiu no fim da década de 1960. O número de desempregados no continente latino cresceu, nesse período, de 18 para 25 milhões; além disso, a produção agrícola *per capita* teve decréscimo.⁷ Para Joseph Tulchin, a Aliança foi apenas uma “promessa de progresso”.⁸

Durante a década de 1960, ao mesmo tempo em que implementava a Aliança para o Progresso, o governo do Estados Unidos dava prosseguimento aos contínuos investimentos em treinamento de policiais e militares latino-americanos associados aos programas de contra-insurreição. Tal postura, que vinculou a instrução em táticas militares a parcela da política externa, marcou profundamente as relações entre a potência continental e a América Latina, naquele momento. Nesse sentido, ainda enquanto candidato a presidente, Kennedy afirmava: “embora saibamos que a guerra fria não será vencida na América Latina, ela pode ser perdida lá”.⁹

A US Army Caribbean School in the Canal Zone, mais conhecida como Escola das Américas, foi uma das principais instituições utilizadas pelos Estados Unidos para treinar latino-americanos. Nessa “Escola”, ensinavam-se, entre outros, cursos como: operações clandestinas; comunismo e democracia; uso de informantes; interrogatório de prisioneiros e suspeitos; usos de rádio, fotografia e vídeo no trabalho de inteligência; manipulação de encontros e reuniões de massa; infiltração em guerrilhas e movimentos armados de esquerda.¹⁰

Até 1964, passaram pela Escola das Américas, mantida pelos Estados Unidos no Panamá, 105 brasileiros. Entre 1961 e 1963, outros 142 receberam treinamento policial-militar nos Estados Unidos.¹¹

No começo de setembro de 1961, o governo Kennedy lançou um documento importante a respeito do posicionamento militar dos Estados Unidos ante a América Latina. Tal documento, à época classificado como “secreto” pelo governo norte-americano, só foi disponibilizado para consulta 35 anos depois, em 1996. Tratava-se do *National Security Action Memorandum* número 88 (NSAM-88), através do qual o presidente Kennedy demonstrava sua preocupação com as relações militares no continente. A situação política do Brasil contribuíra, em grande medida, para a atenção especial concedida às questões militares na América Latina, pois, nesse momento, o país vivia uma crise institucional resultante da renúncia de Jânio Quadros (fins de agosto de 1961). Os militares, que tiveram papel importante e decisivo nesta conjuntura, vetaram a posse do então vice-presidente João Goulart – que, mesmo assim, assumiria depois, com seus poderes significativamente reduzidos, através da implantação do parlamentarismo. Nessa circunstância, John Kennedy procurava deixar clara a importância prioritária que dava às questões militares na implementação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina:

Gostaria de ouvir de você quais são os passos que nós estamos dando para treinar as Forças Armadas da América Latina para controlar tumultos, guerrilhas etc. Além disso, como os eventos da semana demonstraram no Brasil, os militares ocupam uma posição estratégica extremamente importante na América Latina. Quero saber quantos oficiais nós estamos trazendo da América Latina para treinar aqui e o que nós podemos fazer para aumentar seu número. Também [quero saber] quais outros passos estamos tomando para aumentar a intimidade entre nossas Forças Armadas e os militares da América Latina. (...) Nós devemos trazer vários bons oficiais de diferentes países da América Latina para um período de um ou dois meses; devemos ter membros do FBI que podem lhes falar sobre técnicas que eles desenvolveram para controlar o comunismo e a subversão, e podemos, também, ter nossos militares vindo para ensiná-los como controlar tumultos e lutar contra guerrilhas. Além disso, para aumentar sua eficácia, [tais ações] devem fortalecer os laços [dos latino-americanos] com os Estados Unidos.¹²

Por sua importância geopolítica, o Brasil recebeu atenção especial da Aliança para o Progresso na primeira metade da década de 1960. Nesse período, o Nordeste brasileiro foi escolhido como o foco privilegiado de atuação do programa. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) – órgão das Nações Unidas que, entre outras atividades, prestava assessoria econômica aos países latino-americanos –, o Nordeste era a região com menor renda *per capita* da América Latina.¹³ Nos Estados Unidos, o Nordeste brasileiro era visto como uma “região explosiva” e, portanto, deveria ser a principal área

de atuação da Aliança para o Progresso. Mesmo antes do lançamento oficial do programa, seus formuladores já consideravam que o “foco” da Aliança era o “Nordeste do Brasil, a bomba-relógio da política latino-americana”. A situação inflamável da região decorreria do fato de “20 milhões de camponeses estarem vivendo na pobreza e esqualidez, a maioria deles amontoados em cidades costeiras (...) maduros para a infecção pró-Castro”.¹⁴

Dessa forma, para o governo norte-americano, a conjuntura do Nordeste favorecia a possibilidade da realização de uma segunda Revolução Cubana, desta vez em solo brasileiro. Pernambuco, à época governado por Miguel Arraes, era, para os Estados Unidos, estado aglutinador de “forças subversivas”. Lá, a atuação das Ligas Camponesas preocupava a potência hegemônica, na medida em que encarnavam aquilo que o governo norte-americano encarava como “ameaça comunista” no continente.¹⁵ Diante desta percepção, tornou-se fundamental para aquele país apoiar e fortalecer políticos e governos estaduais que se mostrassem confiáveis e receptivos à “ajuda” e que seriam mostruários do “sucesso” da empreitada americana.

Como enfrentou sérias resistências em Pernambuco de Arraes, a Aliança para o Progresso procurou atuar em outros estados, na perspectiva de criar aquilo que o então embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, chamou de “Ilhas de Sanidade”. Tais Ilhas seriam os *loci* preferenciais da atuação da *Aliança* e demonstrariam o que a política externa norte-americana poderia fazer para promover o progresso no país. No Nordeste, o Rio Grande do Norte foi a principal “Ilha de Sanidade” e, efetivamente, funcionou como um contraponto a Pernambuco.

Ainda antes do lançamento oficial da Aliança para o Progresso, a Embaixada norte-americana no Brasil já alertava o Departamento de Estado para a necessidade de “encontrar meios para fortalecer governadores amistosos em relação aos Estados Unidos através da assistência econômica e técnica, a fim de preservar o equilíbrio de poder entre o governo federal e os estaduais”.¹⁶ Segundo Black, tornou-se necessário para os Estados Unidos cooptar economicamente as elites políticas, visto que era imperioso conter a “ameaça comunista”.¹⁷ O governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves, por sua trajetória política, encaixava-se nesse modelo de político “confiável”, não tendo dificuldades para conseguir ajuda americana. Como assinala Dreifuss:

(...) através da UCF [União Cívica Feminina] organizaram-se [em São Paulo] conferências de promoção e relações públicas a favor do governo do Rio Grande do Norte. Estas atividades relacionavam-se com a criação do plano de desenvolvimento (orientado pelo Ipes [Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais]) daquele Estado. Por coincidência o Rio Grande do Norte era um dos Estados-chave escolhidos como “vitrine” para a promoção das “Ilhas de Sanidade”, denominação dada pelo embaixador Lincoln Gordon aos Estados cujos governa-

dores eram confiáveis sob o ponto de vista americano. Através de um maciço influxo de recursos financeiros para projetos de impacto e outros meios, essas “Ilhas de Sanidade em um mar conturbado” visavam a frustrar a crescente mobilização trabalhista e de esquerda e escorar as imagens dos vários governadores do problemático Nordeste. (...) O plano projetado pelo Ipes consistia em tornar o Estado do Rio Grande do Norte um exemplo do que a empresa privada poderia fazer pelo Nordeste, tentando solucionar os problemas da região.¹⁸

Aluizio Alves havia sido eleito para o governo do Rio Grande do Norte em 1960, com o decisivo apoio de movimentos sociais e grupos políticos de esquerda (incluído o Partido Comunista, que atuava na ilegalidade), todos de orientação nacionalista. Em trabalho anterior,¹⁹ analisei como estes expressivos setores da cena política potiguar traziam à tona reivindicações das quais Aluizio Alves se tornou porta-voz durante a campanha eleitoral. Aluizio tinha suas origens políticas ligadas à tradicional oligarquia norte-riograndense. Entretanto, em 1960 sua imagem pública foi metamorfoseada e se lhe construiu uma nova. Nessa produção, foram fundamentais a mobilização de uma equipe de publicitários e a utilização de uma série de técnicas de propaganda política. Nesse momento, “valendo-se de toda essa elaboração imagético-discursiva, passou a representar a ‘esperança’ de redenção para o Rio Grande do Norte”.²⁰

Garantida sua ascensão ao poder, verificou-se o rompimento daquela liderança com os grupos nacionalistas que a apoiaram. Logo que assumiu o governo do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves reelaborou as práticas da oligarquia com a qual rompera e de onde se originara. Os grupos políticos de esquerda, que tinham tido fundamental participação na vitória do “candidato da esperança”, foram, durante seu governo, duramente reprimidos.

Com a decisiva ajuda das verbas provenientes da Aliança para o Progresso, a gestão Aluizio Alves desenvolveu importantes realizações em diversos setores da administração estadual. O dinheiro do programa americano também ajudou a financiar a construção de um bairro em Natal (Cidade da Esperança), além de ainda ter sido usado no estabelecimento de toda uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento.²¹ Na área da educação, com recursos da Aliança, foram construídas e reformadas várias escolas. Além disso, o projeto-piloto do que ficaria conhecido posteriormente como *método Paulo Freire de alfabetização* foi realizado na cidade de Angicos, terra natal do governador, com verbas da Aliança para o Progresso. Embora tenha tido bastante sucesso, o projeto seria depois sustado, ao ser considerado “subversivo” pelo governo norte-americano.²²

Concomitantemente a tal ação, havia o interesse dos Estados Unidos, corroborado e ratificado pela administração norte-riograndense, de conter o “perigo” comunista. Desde o início do relacionamento de seu governo com a Aliança para o Progresso, Aluizio sabia exatamente com o que estava se envolvendo. Em um de seus livros de memórias, ele deu demonstrações claras de estar em sintonia com o objetivo de conter aquela “ameaça”:

A Aliança para o Progresso nasceu da consciência de uma emergência: aquela provocada pela ascensão comunista em Cuba (...). A Aliança para o Progresso nasceu sob o impacto de um perigo dramático. Este perigo não cessou, ainda que não tenha assumido novas formas tão dramáticas quanto a Revolução Cubana. Imaginar que o perigo desapareceu porque não se apresenta, de imediato, dramaticamente exteriorizado, seria manifestação criminosa de imprevisão política. Será melhor, portanto, pagar o preço do êxito para não ter que pagar o preço muito mais caro do fracasso. O preço do êxito é o preço pago imediato. Nesse sentido, para a Aliança existem investimentos políticos – no bom sentido [*sic*] – válidos, antes mesmo que se atendam a todos os alegados pré-requisitos sociais e de eficácia econômica constantes na Carta de Punta del Este.²³

Se em Pernambuco as Ligas Camponesas foram o mais importante movimento social rural, no Rio Grande do Norte sua atuação foi inexpressiva. Fortemente influenciados pela Igreja Católica, e com o apoio decisivo da Aliança para o Progresso, os Sindicatos Rurais funcionaram como uma das maiores expressões que o Rio Grande do Norte, na qualidade de “Ilha de Sanidade”, ofereceu em contraposição ao “subversivo” Pernambuco. Em 1962, num aerograma enviado diretamente à sede do Departamento de Estado, em Washington, no qual tratava do suporte financeiro dos Estados Unidos aos Sindicatos Rurais no Estado, o cônsul norte-americano em Recife alertava que “o governo dos Estados Unidos devem ajudar o governador [Aluizio] Alves”. Insistindo, o diplomata lembrava que o “Rio Grande do Norte é nossa prioridade no Nordeste brasileiro”.²⁴

Calcado nos dólares da Aliança para o Progresso, o governo Aluizio Alves e seus aliados colheram grandes frutos políticos. Em 1962, por ocasião das eleições para o Senado Federal, o governador tinha como seu candidato um clérigo católico: monsenhor Walfredo Gurgel, seu vice. Durante a campanha eleitoral, financiada pelo Ipes, Walfredo deixou clara sua vinculação à Aliança. Num discurso, ele anunciava: “Como cristão católico e democrata, (...) estamos em sintonia com os valores da Aliança para o Progresso”. “O comunismo”, continuava, para não deixar dúvidas sobre sua sintonia, “é uma ameaça à fé cristã segundo prega a Igreja e, como tal, deve ser combatido”.²⁵ Monsenhor Walfredo foi eleito senador.

O Rio Grande do Norte foi o Estado brasileiro que mais recebeu recursos da Aliança para o Progresso. Autores americanos que estudaram as relações Brasil-Estados Unidos corroboram a afirmativa.²⁶ Não faltam, também, dados de autores brasileiros, como Celso Furtado, à época presidente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que assevera: “o Estado mais bem aquinhoado foi o Rio Grande do Norte, cujo governador udenista, Aluizio Alves, disputava por essa época a Carlos Lacerda, governador da Guanabara, a primazia das atenções das autoridades americanas, então empenhadas em barrar a infiltração ‘comunista’”.²⁷

Com o golpe de 1964, o governo do estado do Rio Grande do Norte não teve dificuldades para adequar-se à nova ordem, pelo contrário, ajudou a estabelecê-la. O período final da gestão Aluizio Alves foi marcado pelo seu alinhamento com o novo sistema político que se instaurava no país após o golpe. Na capital potiguar, Natal, como de resto em todo o estado, os quartéis estavam em prontidão. Em 1º de abril de 1964, os comandantes militares publicaram uma nota de apoio ao golpe e deixaram evidenciados seus vínculos com Aluizio, ao afirmar que “medidas preventivas e repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimentos com o senhor governador do Estado”.²⁸

Através do primeiro Ato Institucional, a nova ordem que se estabelecia com o golpe de 1964 criou os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), comandados por coronéis do Exército, em todo o Brasil. Como assevera Moreira Alves, “a simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura”.²⁹ No Rio Grande do Norte, além da instalação dos IPMs, o governador Aluizio Alves ainda criou, em 17/4/1964, uma outra Comissão Especial de Investigações, a qual era coordenada por dois policiais que haviam sido treinados na “Escola das Américas”. Esta Comissão logo começou a “caça às bruxas”, como alardeava o jornal *Tribuna do Norte*, de propriedade do governador:

Comissão do Estado quer nomes de funcionários subversivos

A Comissão nomeada pelo governador Aluizio Alves para promover a execução do Ato Institucional no estado, reunida ontem pela segunda vez, deliberou que todos os secretários de Estado e chefes de serviços enviarão listas completas dos funcionários para que (...) sejam identificados os que estão comprometidos com os movimentos subversivos e comunistas que a revolução de 1º de abril cortou.³⁰

Encerrados os “trabalhos”, foi produzido um relatório intitulado *Subversão no Rio Grande do Norte* (também conhecido como *Relatório Veras*, alusão ao nome do delegado que presidia a Comissão), publicado na íntegra pelo jornal *O Poti*, dos Diários Associados, em setembro de 1964. Mostrando fotos das pessoas indiciadas, acusadas de “subversão”, o relatório fornecia detalhes dos inquéritos e depoimentos realizados com cada um dos “subversivos”. Entre as acusações, registrava-se que alguns combatiam a Aliança para o Progresso.³¹

O *Relatório* da Comissão descrevia situações que seriam cômicas, se não fossem trágicas. Por exemplo, Mailde Pinto Galvão teve vários de seus livros apreendidos e listados como “peças acusatórias” no seu inquérito. Entre os livros, vários volumes do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato, considerados “de caráter comunista devido às vinculações de seu autor ao nacionalismo esquerdista desde a Campanha do Petróleo”.

Outro livro apreendido tratava da fase inicial do trabalho do pintor espanhol Pablo Picasso, no qual ele usava muitas formas cúbicas. O livro, intitulado *O Cubismo*, foi relacionado no inquérito à Revolução Cubana.³² O governo Aluizio Alves aproveitou-se da Comissão que havia criado e dos IPMs para perseguir seus inimigos. A este respeito, Mailde Galvão comentou:

Aqueles foram tempos muito difíceis. Você não pode imaginar. (...) Logo vieram os IPMs chefiados por militares. Mas a novidade aqui no Estado foi a criação de uma Comissão de Investigações por Aluizio. Ele mandou trazer dois policiais (...) que tinham treinamento na CIA (...). Olha, eu, que fui interrogada por esses crápulas – eu só, não, eu e outras pessoas, também –, nós chegamos à conclusão de que eles eram muito mais perigosos que os próprios militares. Eles nos intimidavam muito mais que os militares. Parece que eles tinham uma técnica de interrogatório, sei lá (...). Aluizio se valeu não só dos IPMs, mas também dessa comissão pra prender e torturar muita gente que não sabia nem o que era revolução. Gente que não tinha envolvimento com nada. Gente que nem sabia o que estava acontecendo (...). Ele foi muito esperto. Aluizio anulou, literalmente, uma boa parte de seus inimigos políticos.³³

O trabalho dessa Comissão no Rio Grande do Norte foi referido num despacho do cônsul norte-americano em Recife como “um meio interessante” através do qual os Estados Unidos puderam oferecer *know-how* para o novo governo federal.³⁴ Aderindo prontamente ao golpe de Estado, sem esboçar nenhuma resistência – pelo contrário, prestando total apoio –, Aluizio Alves conseguiu manter-se até o fim de seu governo, em 31 de janeiro de 1966, em sintonia com o novo sistema político que se instaurava. Findo o seu mandato, monsenhor Walfredo Gurgel, que tinha sido vice-governador e fora eleito senador em 1962, sucedeu-o no governo do Rio Grande do Norte.

Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004

Notas

* Uma versão inicial deste texto foi apresentada no III Encontro de Estudos da Realidade Brasileira “1964: A Conquista do Estado 40 Anos depois”, promovido pela PUC-SP entre março e abril de 2004.

** Historiador e professor da UFRN. Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Pedro.

¹ Todas as traduções doravante mencionadas são do autor. Todos os textos serão transcritos em sua língua original e aparecerão, juntamente com as respectivas referências bibliográficas, nas notas que seguem. “(...) vast cooperative effort, unparalleled in magnitude and nobility of purpose, to satisfy the basic needs of Latin American people”. UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Department of State Bulletin* (a partir de agora, *DSB*), 44, Washington, DC, Government Printing Office, April 3, 1961, pp. 464-465.

² O secretário do Tesouro, equivalente norte-americano do ministro da Fazenda brasileiro, era o representante direto do presidente Kennedy e chefiava a delegação dos Estados Unidos na Conferência.

³ Dados constantes no discurso principal de Douglas Dillon durante a Conferência de Punta del Este, reproduzido em *DSB*, 45, Washington, DC, Government Printing Office, August 28, 1961, pp. 356-60.

⁴ Cf. *DSB*, 44, op. cit., pp. 617-21.

⁵ “(...) should embark on a decade of democratic progress, to demonstrate in this Hemisphere that economic growth, social equity, and the democratic development of societies can proceed”. Draft Memorandum from the Consultant to the Task Force on Latin America (Gordon) to the President’s Assistant Special Counsel (Goodwin). Washington, March 6, 1961. Official Use Only. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States* (doravante, *FRUS*), 1961-63. In: American Republics. Vol. XII. Washington, DC, Government Printing Office, 1996, pp. 6-8. Este e outros documentos produzidos pelo serviço diplomático norte-americano na década de 1960 recebiam uma classificação que variava de *Unclassified* (não classificado, ou seja, liberado para consulta), passando, numa ordem crescente, por *Official Use Only* (somente para uso oficial), *Limited Official Use* (uso oficial limitado), *Confidential* (confidencial), *Secret* (segredo), indo até a classificação mais alta, *Top Secret* (ultra-segredo).

⁶ Esse foi o caso da Rafael Trujillo (República Dominicana), François Duvalier (Haiti), Miguel Ydígoras Fuentes (Guatemala), Cheddi Jagan (Guiana Britânica), Arturo Frondizi (Argentina) e Manuel Prado y Ugarteche (Peru).

⁷ Dados coletados em LEVINSON, Jerome e ONÍS, Juan. *The alliance that lost its way: a critical report on the Alliance for Progress*. Chicago, Quadrangle, 1970, pp. 5-12, 23.

⁸ Cf. TULCHIN, Joseph S. The promise of progress: US relations with Latin America during the administration of Lyndon B. Johnson. *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, v. 30, pp. 1-36, 1988.

⁹ “(...) although we know that the Cold War will not be won in Latin America, it may well be lost there”; Speech in Tampa, Florida, October 18, 1960, Campaign Speech File, Presidential Papers. NARACP, General Records of the Department of State, Central Decimal File 1960-63, Box 1.055. Unclassified.

¹⁰ Cf. SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 1981, pp. 230-233.

¹¹ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 304-305.

¹² “I would appreciate hearing what steps we are taking to train the Armed Forces on Latin America in controlling mobs, guerrillas, etc. In addition, as the events of the past week have shown in Brazil, the military occupy an extremely important strategic position in Latin America. I would like to know how many officers we are bringing up from Latin America to train here and whether we could increase the number. Also, what other steps we are taking to increase the intimacy between our Armed Forces and the military of Latin America. (...) We would bring up a good many officers from the different countries of Latin America for a period from one to two months; we would have FBI people there who could talk to them about the techniques they have developed to control communism, subversion and we could have our military coming in to teach them how to control mobs and fight guerrillas. In addition to increase their effectiveness it would also strengthen their ties with the United States”. NSAM-88. Washington, DC, September 5, 1961, Secret. *FRUS*, 1961-63. Vol. XII, *American republics*. Op. cit., p. 180.

¹³ Cf. ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. *Analysis of the economic and social evolution of Latin America since the inception of the Alliance for Progress*. Washington, DC, Organization of American States, 1971, p. 135.

¹⁴ “Focus”; “Northeast Brazil, the time-bomb of Latin politics”; “20 million peasants are living in poverty & squalor, most of them crowded into coastal cities (...) ripe for pro-Castro infection”. Report from the Research

Institute of America to the Department of State. July 22, 1961. NARACP, General Records of the Department of State, Bureau of Inter-American Affairs, Office of East Coast Affairs, Records Relating to Brazil 1954-63, Box 1. Confidential.

¹⁵ “Subversive forces”; “Communist threat”. ROETT, Riordan. *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1972, pp. 70-74.

¹⁶ “Seek ways to strengthen governors friendly to the United States with economic and technical assistance in order to preserve the balance of power between the federal and state governments”. Letter from Niles W. Bond, American Embassy, Rio de Janeiro, to J. W. Wilson, Bureau of Inter-American Affairs, Department of State, Washington, DC, Rio de Janeiro, June 15, 1961. NARACP, General Records of the Department of State, Bureau of Inter-American Affairs, Office of East Coast Affairs, Records Relating to Brazil 1954-63, Box 1. Confidential.

¹⁷ BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1977, pp. 64-77.

¹⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 295-296.

¹⁹ PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *O Homem da esperança: uma experiência populista no Rio Grande do Norte (1960-66)*. 1996. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

²⁰ *Ibid.*, p. 53.

²¹ No governo Aluizio Alves foram criadas a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (Cosern), a Companhia de Águas e Esgotos (Caern) e a Companhia de Telecomunicações do Estado (Telern). As duas primeiras existem ainda hoje, embora a Cosern tenha sido privatizada. A Telern foi incorporada à Telemar.

²² Cf. PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*. Rio de Janeiro, Record, 1989, pp. 205-206.

²³ ALVES, Aluizio. *Sem ódio e sem medo*. Rio de Janeiro, Nosso Tempo, 1969, pp. 177-178.

²⁴ “US government must help governor Alves”; “Rio Grande do Norte is our priority in the Brazilian Northeast”. Assistance to Rural Labor Federation of Rio Grande do Norte. Airgram from the American Consulate in Recife to the Department of State. November 16, 1962. National Archives and Records Administration at College Park (NARACP), General Records of the Department of State, Central Decimal File 1960-63, Box 1.055. Limited Official Use.

²⁵ *Tribuna do Norte*. Natal, 28 set. 1962.

²⁶ Cf. BLACK, op. cit., pp. 109-11; ROETT, op. cit., pp. 55-60.

²⁷ FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 180.

²⁸ *Diário de Natal*. Natal, 1 abr. 1964.

²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-84)*. Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 57-58.

³⁰ *Tribuna do Norte*. Natal, 29 mar. 1964.

³¹ SUBVERSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE. Relatório dos Inquéritos realizados pelos Drs. Carlos Moura de Moraes Veras e José Domingos da Silva. Natal, Imprensa Oficial, 1964. Ver, também, *O Poti*. Natal, 27 set. 1964.

³² *Ibid.*

³³ Entrevista concedida ao autor por Mailde Ferreira Pinto Galvão, então diretora do Departamento de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Natal.

³⁴ “An interesting way”. Preferi manter “know-how” no original por duas razões: em virtude de o termo ser bem conhecido no Brasil. Uma tradução literal por “conhecimento” ou “saber fazer” me parece distante do sentido original com que a palavra foi usada. Politics in Northeastern Brazil. Airgram from American Consulate in Recife to the Department of State. December 2, 1964, 11p. NARA – College Park, General Records of the Department of State, Central Foreign Policy Files 1964-66, Box 1929. Confidential.